



CENTRO DE PESQUISA E SIMULAÇÃO OLGA BENÁRIO
SIMULAÇÃO INTERNA DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUIA DE ESTUDOS

A QUESTÃO SEPARATISTA DA ESPANHA E DA CATALUNHA

AUTORES:

ELLEN BÁRBARA

ALLYNE MARINHO

FERNANDO JORGE

ULISSES ALVES

Introdução

A Catalunha é uma das 17 comunidades autônomas espanholas, unidades administrativas que repartem todo o país em regiões mais ou menos como os Estados no Brasil, mas com pouco mais de autonomia política, econômica e jurídica. A figura das comunidades autônomas surgiu na Constituição de 1978, após o final da ditadura franquista, onde o poder era extremamente centralizado. A ideia era, justamente, descentralizar o poder. Elas podem, portanto, aprovar leis e realizar as tarefas executivas que estejam estabelecidas em seu estatuto próprio. Têm, inclusive, um presidente, que no caso da Catalunha se chama Carles Puigdemont. O Governo que ele preside se chama Generalitat e há, ainda, um parlamento próprio, o Parlament. A diferença entre a Catalunha e a comunidade autônoma de Madri, por exemplo, é que ela possui uma cultura e uma língua próprias (o catalão), assim como acontece, por exemplo, com o País Vasco e a Galícia. Ela está localizada no Nordeste, na fronteira com a França, e é formada por quatro províncias: Girona, Lleida, Tarragona e Barcelona, que é a capital. E tem uma população aproximada de 7,5 milhões de habitantes (15% da população espanhola), o que a coloca como a segunda maior comunidade da Espanha.

Os independentistas afirmam que a Constituição de 1978 é "hostil aos catalães" e que há no país um processo de "asfixia" da autonomia e de recentralização da comunidade. Além disso, reclamam que a Catalunha, cuja economia é uma das mais importantes da Espanha —representa 19% do Produto Interno Bruto (PIB) espanhol— contribui demais com o orçamento nacional, que serve para financiar todas as demais regiões do país.

No ano de 2005, o Parlamento Regional da Catalunha aprovou um novo estatuto de autonomia, para atualizar o que estava em vigor desde 1979. Na ocasião, 120 dos 135 deputados regionais foram favoráveis ao texto, que tinha como um dos pontos principais o acréscimo do termo "nação" para se referir à comunidade autônoma e a criação de um Poder Judiciário próprio. Também consolidava o catalão como língua preferencial das administrações públicas da comunidade. Ele foi aprovado, depois, no Congresso dos Deputados da Espanha e no Senado, ainda que com algumas mudanças no texto. E, em 2006, também em um referendo, por 73,9% dos catalães (mas 50,58% da comunidade não compareceu à votação). O presidente espanhol da época, José Luis Rodríguez Zapatero, do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), destacou que o Governo central assumia uma "cooperação leal" com o Governo catalão. Para defender suas

posições, os separatistas invocam até raízes históricas da guerra vivida pela Espanha em 1714 pelo trono do país, após a morte de Carlos II que não deixou descendentes. Os dois principais candidatos eram Felipe V de Bourbon (neto de Luís XIV da França) e o arquiduque Carlos da Áustria. Parte da Espanha queria Bourbon, e a Catalunha, o austríaco. Mas foi Bourbon quem venceu a guerra, e os catalães tiveram de se submeter.

O estatuto aprovado não foi um sucesso. O conservador Partido Popular (PP), que tinha os 15 dos 135 deputados do Parlamento catalão contrários ao estatuto, entrou com um recurso contra vários de seus artigos no Tribunal Constitucional, um órgão judiciário superior que decide todos os conflitos relacionados com a constitucionalidade das leis —é ele que toma as decisões sempre que há conflitos entre as comunidades autônomas e o Governo central. O principal argumento do PP era o de que o estatuto era uma espécie de "Constituição paralela" e, por isso, contrariava o ordenamento jurídico espanhol. Mas a postura contra o estatuto também era uma forma de o PP, que formava a oposição e queria voltar ao poder central, ganhar mais votos nacionais. O partido argumentava que a postura da Catalunha era prejudicial à Espanha.

O tribunal admitiu que o recurso tramitasse na Corte e, paralelamente, o estatuto entrou em vigor na Catalunha, em 9 de agosto de 2006. Posteriormente, outros órgãos e até outras comunidades autônomas também questionaram no tribunal aspectos do texto.

Enquanto os recursos tramitavam, a discussão sobre a legalidade do novo estatuto aumentava. Por um lado, os principais veículos de imprensa da Catalunha publicavam editoriais em apoio a ele. Por outro, o PP organizava manifestações em Madri "em defesa da Constituição espanhola" e recolhia por toda Espanha assinaturas contra o estatuto. Mariano Rajoy, que liderava o partido na época, dizia: "só exististe uma nação, a Espanhola".

Em 2010, finalmente, a sentença do Tribunal Constitucional é dada. Em uma resolução de 881 páginas, ele afirma que a Constituição não conhece outra nação além da espanhola e determina importantes cortes no texto principal do estatuto. Na Catalunha começam a ser realizadas marchas em protesto. A primeira delas contra os cortes no estatuto, em 10 de julho de 2010, reuniu quase meio milhão de pessoas em Barcelona, na maior manifestação na cidade após o fim da ditadura, em 1975. Posteriormente, sempre em 11 de setembro, dia da Catalunha, os grandes protestos se repetiam e as demandas nacionalistas viraram cada vez mais radicais. Os nacionalistas passaram a pedir um referendo para se consultar sobre o independentismo e, mais recentemente, a exigir a própria independência da Espanha.

Fonte: <https://bit.ly/2Kmcu0q>

ACNUR

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados é o organismo da Organização das Nações Unidas para proteção e assistência às pessoas em situação de refúgio e deslocadas por perseguição ou conflito em seus respectivos países de origem ou de acolhida.

A crise de refugiados decorrente da deflagração de Guerra Civil no território espanhol assola a região da Catalunha, e faz alguns milhões de deslocados tanto dentro do território espanhol quanto no território francês, que faz fronteira com a região em questão. Por seu escopo de atuação e história, o ACNUR conclama as partes conflitantes a dialogarem e defende a solução negociada que estanque a sangria de tal crise e traga paz ao solo espanhol.

Links e documentos importantes de acesso:

- Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951): <https://goo.gl/Cr2CGX>;
- Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados: <https://goo.gl/7gEUZ2>
- Site do ACNUR Espanha: <https://goo.gl/TmYC72>

Alemanha

O governo alemão usualmente rejeita mediar o conflito político na Catalunha. Em outubro de 2017, o governo alemão aproximou-se do posicionamento do Reino Unido e França, que também são membros da União Europeia. Acima de tudo, o país encarou a situação como um assunto interno que diz respeito à Espanha, reafirmando a soberania do país e da sua Constituição. Ressaltando que a ordem constitucional deve ser considerada, a fim de garantir os direitos e liberdades dos cidadãos.

Links e documentos importantes para estudo:

- DN – Alemanha rejeita mediação e reafirma que é assunto interno da Espanha: <https://bit.ly/2H4h3e0>

Anistia Internacional

A Anistia Internacional condena veementemente qualquer tipo de uso de força – seja ela estatal, policial, judicial, física e moral - independentemente do lado. Defende que a solução do conflito seja sempre respeitando os dois lados da negociação, sempre exigindo que a constituição e as leis internacionais sejam incluídas na discussão racional dos agentes envolvidos e que tudo acabe com a plena preservação dos Direitos Humanos. Dessa forma, a Anistia Internacional reconhece o direito do povo catalão, mas esta opina mais diretamente no direito de liberdade de expressão e de manifestação política do que em questões formais e estatais propriamente ditas.

Links importantes de acesso:

- Hora de Santa Catarina – Anistia Internacional pede libertação imediata de separatistas catalães: <https://bit.ly/2kydPGA>
- G1 – ONU quer investigação sobre uso de força durante referendo na Catalunha: <https://glo.bo/2H0BGHL>
- Le Monde Diplomatique – A Catalunha rumo à independência: <https://bit.ly/2xprj0O>

Brasil

Brasil não é a favor de uma guerra, porém se posiciona ao lado do governo espanhol. Os motivos desse apoio se devem às boas relações entre Brasil e Espanha e fundamentalmente pelo fato de que se o Brasil apoiar o movimento separatista da Catalunha poderá fortificar uma onda de separatismo que surge no sul do próprio país. Apesar de o Brasil fazer bons negócios com a Catalunha uma vez ela independente ambos teriam muito a perder, pois, nesse cenário os catalães estariam fora da União Europeia e com isso os trâmites econômicos entre os ambos países seriam mais burocráticos e não tão lucrativos.

Links importantes de acesso:

- BBC – As diferenças – e semelhanças- entre o separatismo do sul do Brasil e o da Catalunha: <https://bbc.in/2qomlum>
- UOL - Independência da Catalunha prejudicaria comércio com o Brasil: <https://bit.ly/2xv1dcu>

China

A China, oficialmente, considera como um assunto interno da Espanha e apoia os esforços do governo espanhol para manter a unidade nacional. Muito desse posicionamento da China se deve além das boas relações com a Espanha a um conflito separatista longo e persistente no país: Taiwan. Embora Taiwan se coloque como independente ela de fato não é, principalmente por causa da China, que não aceita uma independência. Assim, se a China apoiasse a Catalunha seria, no mínimo, incoerente com sua política doméstica.

Links importantes de acesso:

- Xinhua – China apoia unidade da Espanha em meio à declaração de independência da Catalunha: <https://bit.ly/2kBgvTY>
- UOL – China apoia esforço da Espanha para manter a integridade de seu território: <https://bit.ly/2IXXpC9>
- Portuguese – China apoia unidade da Espanha em meio à declaração de independência da Catalunha: <https://bit.ly/2Jew7La>

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América (EUA) oficialmente apoiam a Espanha contra a Catalunha contra qualquer tipo de ação separatista, provavelmente até mesmo numa situação de guerra. Defendem que a Catalunha é uma parte integral da Espanha e que medidas tem que ser tomadas para manter essa soberania de território. Os porta-vozes norte-americanos dizem que os povos da Espanha e da Catalunha têm que decidir entre si sem muita intervenção externa, pelo menos num primeiro momento.

Links importantes de acesso:

- Valor – EUA, França e Alemanha não reconhecem independência da Catalunha: <https://bit.ly/2LGdGxo>
- Agência Brasil – EUA mantém posição de uma Espanha unida frente a independência da Catalunha: <https://bit.ly/2Jbiso9>
- DW – Países não reconhecem a independência da Catalunha: <https://bit.ly/2sozynP>

FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional que foi concebida na conferência de Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, em julho de 1944. A organização trabalha para promover a cooperação monetária global, garantir a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover o alto nível de emprego e o crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo.

O FMI sustenta que ambas as partes devem contribuir para acabar com as incertezas e pede o diálogo para resolverem de forma sensata o conflito, a fim de evitar que se aumente ainda mais os impactos negativos da Guerra Civil na economia tanto catalã quanto espanhola.

Sabe-se que uma "incerteza prolongada" na Catalunha poderia pesar sobre a confiança e as decisões de investimento na Espanha. Desde que a guerra civil começou, várias empresas anunciaram que vão retirar suas sedes da Catalunha e/ou já retiraram. Muitas temem ficar de fora da zona do euro e perder o acesso a financiamentos do Banco Central Europeu. O FMI vê com preocupação essa saída em massa das empresas e também a sustentabilidade econômica das mesmas, caso continuem.

Links importantes de acesso:

- Site do FMI: <https://goo.gl/k1VU3w>
- El País - El FMI alerta de los riesgos para la economía por la tensión en Cataluña: <https://goo.gl/5yfdMx>

- O Globo – FMI: Tensões na Catalunha aumentam incerteza econômica na Espanha: <https://goo.gl/uZC587>

França

Em uma perspectiva recente, após manifestações pela independência da Catalunha, em outubro de 2017, a França declarou considerar ilegal a unilateralidade das afirmações de independência da Catalunha. Tão logo, salientou a necessidade de se recorrer à preservar e respeitar legalidade da Constituição de 1978.

Nesse contexto, o governo francês afirmou com segurança que uma independência da Catalunha não teria reconhecimento internacional, reiterando sua aliança com a democracia espanhola. O presidente Emmanuel Macron declarou apoio total à Espanha considerando esforços para o diálogo e a des-escalação.

Links importantes de acesso:

- Agência EFE – Paris e Berlim afirmam que não reconhecerão independência da Catalunha: <https://bit.ly/2L58Vfz>
- The Local - Catalan Independence would not be recognised says France: <https://bit.ly/2sn9k5f>

Human Right Watch

A Human Rights Watch é uma organização internacional de direitos humanos, não-governamental, sem fins lucrativos, contando com aproximadamente 400 membros que trabalham em diversas localidades ao redor do mundo. É composta por profissionais de direitos humanos como advogados, jornalistas e especialistas e acadêmicos de diversas origens e nacionalidades. Fundada em 1978, a Human Rights Watch é reconhecida por investigações aprofundadas sobre violações de direitos humanos, elaboração de relatórios imparciais sobre essas investigações e o uso efetivo dos meios de comunicação para informar e sensibilizar diversos públicos sobre suas causas.

No caso da guerra civil espanhola, a HRW condena veementemente o uso brutal da força policial, especialmente no que diz respeito a civis e inocentes. Considera também que a Espanha deveria solicitar a assistência de um organismo internacional independente, tendo em vista a tensão atual entre as autoridades centrais e regionais e o escalonamento dos conflitos.

A Human Rights Watch preza pela defesa dos direitos humanos dos cidadãos de ambas as partes envolvidas no conflito e busca a garantia dos mesmos, e por isso clama às partes involucradas no conflito que respeitem as Convenções de Genebra e procurem uma solução negociada para o certame.

Links importantes de acesso:

- Site da organização: <https://goo.gl/F54KUj>
- Human Rights Watch – Spain: Police Used Excessive Force in Catalonia: <https://goo.gl/yXEt6G>
- G1 - Human Rights diz que polícia espanhola fez uso 'excessivo' da força na Catalunha - <https://goo.gl/LzoiHK>
- Site da Cruz Vermelha sobre as Convenções de Genebra: <https://goo.gl/YNv5qN>

Japão

Japão é contra qualquer tipo de Guerra e pede que seja realizado os procedimentos segundo as leis. Essa forma pacífica do Japão se deve, em muito, à presença de empresas e cidadãos japoneses nessa região, além do grande número de turistas japoneses que os visita. Portanto não é de interesse japonês que o uso da força seja utilizado e conseqüentemente ponha em riscos seus interesses e sua população.

Links importantes de acesso:

- UOL – Japão espera que crise da Catalunha seja resolvida de acordo com a lei: <https://bit.ly/2IXYJoB>

Partido Democrata Europeu Catalão (PDeCat)

O Partido Democrata Europeu Catalão (PDeCat) é uma instituição criada em 2016 em substituição ao anterior Convergência Democrática da Catalunha. O Partido se denomina “democrata, catalanista, independentista, europeísta e humanista”, e faz parte da coalizão “Junts per Catalunya”, majoritária no parlamento da Comunidade Autônoma.

Em 1º de outubro de 2017, a presidência de governo Catalã (espécie de Governador no sistema federalista brasileiro), sob o comando de Carles Puigdemont, do PDeCat, organizou um referendo na Catalunha para consultar a população sobre a independência da Comunidade Autônoma da Catalunha (equivalente a um Estado brasileiro). Argumentam que: i. Não se sentem espanhóis, já que tiveram um construto identitário completamente distinto, inclusive na língua; ii. Perdem economicamente pertencendo à Coroa Espanhola, já que hoje sua atividade econômica representa cerca de 19% do PIB espanhol e não recebem de volta tais recursos; iii. Tem baixa representatividade junto ao governo central, fruto de uma transição democrática tacanha e uma constituição falha. O resultado foi um acachapante 90% a favor da independência, muito embora tenham participado apenas 40% dos eleitores da região.

O PDeCat, como parte ativa de todo esse processo, declarou independência da Espanha dias depois, o que motivou a Guerra Civil em curso em solo espanhol. Por isso, defende avidamente a posição em prol da criação de um Estado catalão soberano, estabelecendo como limites o que é hoje a Comunidade Autônoma da Catalunha, uma das 16 pertencentes ao Reino Espanhol. Ademais, defende a entrada do futuro país catalão na União Europeia.

Links Importantes de acesso:

- Site do Partido: <https://goo.gl/kttFGL>
- El País – Por que o Governo da Catalunha quer ser independente da Espanha? <https://goo.gl/zBLSRM>
- BBC - Por qué soy independentista: las diferentes razones de catalanes que quieren separarse de España - <https://goo.gl/BRQXy2>
- El Tiempo - ¿Por qué Cataluña se quiere independizar de España? - <https://goo.gl/AHj6yy>

Partido Popular (PP)

O Partido Popular (PP) espanhol foi fundado em 1989, e se define em seus estatutos como “centro-reformista”, sendo considerado por especialistas como conservador. Nas eleições gerais de 2015, últimas para o Congresso dos Deputados e

Senado, obteve 28,72% dos votos, e, com isso, ganhou o direito de indicar o Primeiro-Ministro da Espanha (Mariano Rajoy).

Após o referendo realizado em solo catalão, o PP foi o primeiro partido a se pronunciar, denunciando como ilegal a consulta. Posteriormente, a Suprema Corte Espanhola o julgou inconstitucional, e a Presidência de Governo, sob a liderança do partido, utilizou o Artigo 155 da Constituição para intervir na Comunidade Autônoma, dissolvendo seu parlamento e convocando novas eleições. Este ato foi o estopim para a deflagração da Guerra Civil que hoje assola o território espanhol.

O PP se constitui como a maior oposição à secessão catalã. O Partido se ancora em três argumentos para tal feito: i. indivisibilidade do território espanhol; ii. Constituição Espanhola garante a parcela de autonomia necessárias para o bom andamento da atividade econômica, política e social catalã; iii. União Europeia não aceitaria um novo Estado catalão, o que acarretaria na estagnação econômica do mesmo. Como solução, o PP vislumbra a realização de novas eleições na Comunidade Autônoma Catalã, e a subida ao poder de um Partido disposto a seguir as regras constitucionais espanholas.

Links importantes de acesso:

- Aba sobre a Independência da Catalunha no site do Partido: <https://goo.gl/Ltte5c>
- El País - Dez mitos sobre a Independência da Catalunha: <https://goo.gl/mmHyhH>
- Artigo 155 da Constituição Espanhola: <https://goo.gl/87vSWy>
- Estatuto do Partido: <https://goo.gl/v59BNn>

CENTRO DE PESQUISA E SIMULAÇÃO

Reino Unido

O Reino Unido, que tradicionalmente defende o unionismo, em algumas situações já preteriu o movimento separatista na Catalunha. A exemplificar quando, após o referendo de independência, realizado em 1º de outubro na Catalunha, o Governo de Sua Majestade o classificou como ilegal.

Na ocasião, a desconsideração Britânica partiu da declaração unilateral e inconciliável com o Estado de direito espanhol. Fica claro para o governo que o processo de votação que mira a independência não foi bem sustentado na lei.

Links Importantes de acesso:

- DN – Reino Unido defende: Espanha deve manter a “soberania e integridade constitucional”: <https://bit.ly/2sixw8S>
- EXAME – Reino Unido não reconheceria independência da Catalunha diz Theresa May: <https://abr.ai/2JhDv8r>

Rússia

A cada grande mobilização ou evento de caráter separatista na Catalunha, é corriqueiro que, logo em seguida, a Rússia pronuncie-se sobre o assunto. No entanto, as declarações reforçam que a questão da Catalunha é um assunto interno da Espanha.

Em 19 de outubro de 2017, Vladimir Putin, julgou apropriada que a Espanha tenha autonomia para resolver o conflito. Na mesma ocasião, criticou os países do Ocidente que são contra o separatismo da Catalunha, mas apoiaram a separação de outros Estados, citando o caso de Kosovo.

O Ministério de Relações Exteriores da Rússia se manteve em posição conservadora diante da declaração de independência anunciada pelo Parlamento da Catalunha em 27 de outubro de 2017. Reiterou a preservação da opinião do Estado, insistindo que a questão da Catalunha é assunto interno da Espanha.

Links Importantes de acesso:

- UOL – Rússia reitera que situação da Catalunha é assunto interno da Espanha: <https://bit.ly/2xpi1lb>

União Europeia

Historicamente a União Europeia preza que a despeito dos movimentos separatistas da Catalunha o Governo da Espanha recorra à aplicação da Constituição

Espanhola, sobretudo do artigo 155, divorciando-se da imposição de força. Da mesma forma, aproxima-se da ONU, Instituição que pressiona a dissolução dos conflitos com os separatistas catalães reforçando a proposta de diálogo.

A OTAN, Instituição da qual a Espanha faz parte desde 1982, também considera que o conflito seja resolvido com base na atual Constituição Espanhola. Além disso, frisa que ela prevê, no seu artigo 147, o reconhecimento e proteção dos Estatutos Autônomos como parte integrante do seu sistema legal de Estado.

Assim, a UE, em diversas situações, declarou apoio ao estado Espanhol, reforçando a condição de Estado-membro da União Europeia. Ao passo que, para o Conselho Europeu, é impraticável que, caso houvesse a separação, a Catalunha se tornasse membro da Instituição.

Links importantes de acesso:

- El País – União Europeia não reconhece declaração de independência da Catalunha: <https://bit.ly/2GYpjfq>
- JN – Catalunha independente não será membro da UE: <https://bit.ly/2IVUqKl>
- EFE – OTAN pede solução para Catalunha dentro da ordem constitucional: <https://bit.ly/2soFk8X>
- Constituição da Espanha: <https://bit.ly/2sfSfLk>

Bósnia e Herzegovina

O Acordo de Dayton determinou o fim da guerra civil na região da Bósnia (1992-1995). A partir dele, a Bósnia e Herzegovina foi dividida em duas entidades politicamente autônomas: A *Federação da Bósnia e Herzegovina* e a *República Sérvia*. Reconheceu-se também, como constituintes do território, as etnias bosniana, sérvia e croata. Desde então existem esforços da Organização das Nações Unidas para garantir o cumprimento dos acordos de paz. No entanto, é possível identificar ao longo da história, descontentamentos – sobretudo da população da República Sérvia – com a subordinação diante do Governo Federal que rege as duas comunidades. Desde 2010, o presidente da Sérvia, Milorad Dodik, ameaça a convocação de um referendo de independência, provocando agitações no cenário internacional.

Links importantes de acesso:

- Não é só Catalunha: conheça cinco regiões separatistas inusitadas:
<https://veja.abril.com.br/mundo/nao-e-so-catalunha-conheca-cinco-regioes-separatistas-inusitadas/>



CENTRO DE PESQUISA E SIMULAÇÃO
OLGA BENÁRIO